

Maduro espera recomendação para demitir Alberto da Ponte

Miguel Poiares Maduro diz que o Governo não interfere, mas se o Conselho Geral Independente, que se reúne dia 10, recomendar ao acionista a demissão da RTP, o Governo assina por baixo

TEXTO ÂNGELA SILVA E BERNARDO FERRÃO

Miguel Poiares Maduro apenas espera uma recomendação do Conselho Geral Independente da RTP para acionar a demissão de Alberto da Ponte da presidência da empresa. O ministro veio ontem reafirmar que não compete ao Governo demitir o conselho de administração do canal público, mas, de acordo com os estatutos da RTP (artº11, e), uma recomendação do Conselho nesse sentido endossará ao ministro a decisão final.

O CGI (órgão criado por Maduro e que detém a tutela estratégica da estação) marcou para dia 10 uma reunião para analisar o assunto e, ao que o Expresso apurou, deverá recomendar ao Governo a destituição do atual conselho de administração da empresa. Aliás, ainda ontem o ministro recordava que há uma norma transitória nos estatutos da RTP que fazem depender a manutenção em funções do CA da aprovação do seu plano estratégico por parte do Conselho. Ora, o plano estratégico de Alberto da Ponte já foi chumbado duas vezes.

Maduro não irá, assim, contra a esperada recomendação do CGI, cujo presidente foi muito claro esta semana, dizendo que “a relação entre estes dois órgãos (a administração da estação pública e o Conselho) está numa situação irreparável”. “Há conclusões a tirar dos dois lados”, afirmou António Feijó, que se mostrou convicto de que o conselho de administração da RTP “também tirará as suas”.

Aparentemente, Feijó e Maduro esperavam que Alberto da Ponte percebesse os sinais do segundo chumbo do seu plano estratégico. O Conselho Geral alegou quebra “de lealdade institucional” da parte da administração, por não ter informado a tutela da compra milionária, por 15 milhões de euros, dos direitos de transmissão dos jogos da Champions.

Na altura, discutia-se o contrato de concessão, que ainda aguarda aprovação das Finanças, e tanto o executivo como o CGI foram apanhados de surpresa. Não contestam propriamente a compra do produto futebol (que cabe dentro do contrato de concessão do serviço público) mas o facto de não terem sido postos ao corrente da avultada proposta feita pela televisão do Estado quando se discutiam os pressupostos económico-financeiros do contrato.

ADMINISTRAÇÃO SEM PLANO ESTRATÉGICO

Alberto da Ponte não só não se demitiu, como contesta os argumentos da tutela. Num comunicado hoje divulgado, o presidente da RTP diz que “cumpriu todos os seus deveres legais e estatutários”, pelo que “continuará a exercer o seu mandato”. E justifica a compra dos direitos da Champions dizendo que “a proposta foi aprovada no respeito total das projeções financeiras para a empresa, tal como previstas no contrato de concessão até 2019”.

O QUE DIZEM OS ESTATUTOS DA RTP

Artigo 11º, e) Compete ao Conselho Geral Independente propor a destituição dos membros do conselho de administração, nos termos do artigo 23.º; f)

Os cinco diretores da televisão e rádio públicas vieram solidarizar-se com o presidente do conselho de administração. Numa carta à ERC (o regulador do setor) acusam o Conselho Geral Independente de “violação grave da autonomia editorial” da estação e pedem que a ERC esclareça até onde pode ir o CGI.

Artigo 23.º, f) Os membros do conselho de administração só podem ser destituídos em momento anterior ao do termo do seu mandato, pela assembleia geral, sob proposta do conselho geral independente: a) Quando comprovadamente cometam falta grave no desempenho das suas funções ou no cumprimento de qualquer outra obrigação inerente ao cargo ou deixem de preencher os requisitos necessários ao exercício das suas funções; b) Em caso de incumprimento do contrato de concessão; c) Verificado o incumprimento do projeto estratégico para a sociedade que assumiram perante o conselho geral independente quando da sua indigitação; d) Em caso de incapacidade permanente.

Politicamente, o novo modelo escolhido pelo Governo está a tornar-se num imbróglio, com o ministro a multiplicar-se em declarações para deixar claro que já não é o poder político que julga as opções estratégicas da RTP, mas sim um Conselho Independente. O pior é que, além deste Conselho tardar em decidir, as primeiras reações de condenação à polémica compra da Champions vieram precisamente do Governo.

No final do conselho de ministros, há cerca de 15 dias, o ministro da Presidência, Luís Marques Guedes, não só condenou a compra feita pela RTP como avisou o CGI: “Esperamos que o Conselho atue”. O Conselho atuou e chumbou o plano

estratégico de Alberto da Ponte.

Fonte governamental sublinha que, sem plano estratégico, este conselho de administração não pode exercer funções. Dia 10, o CGI reúne-se. E a rutura pode ficar oficializada. Nos bastidores da maioria, há quem tema o impacto de mais um caso em torno da televisão do Estado e quem questione se a mudança de modelo defendida por Maduro foi, afinal, uma solução, ou mais um problema.